



CNA

Comissão Nacional de Avaliação



PROVA ESCRITA NACIONAL DO EXAME FINAL DE AVALIAÇÃO E AGREGAÇÃO

**(RNE- Regulamento nº 52-A/2005, na Versão da
Deliberação 3333-A/2009)**

**Área de Deontologia Profissional
(6 Valores)**

e

**Área de Prática Processual Civil
(5,50 Valores)**

28 de OUTUBRO de 2016

- Ler atentamente todo o enunciado da prova antes de começar a responder.
- Todas as respostas devem ser completas e fundamentadas juridicamente.
- A estruturação e o grau de precisão das respostas são considerados na avaliação.
- Quando presente um texto introdutório, as respostas deverão ter com ele uma relação objectiva, sendo essa conexão elemento de avaliação.
- A peça, apesar de dever ser assinada processualmente, não o pode ser no teste, sob pena de nulidade, mesmo que a assinatura seja ficcionada.

DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

(6 valores)

Exma(o) Colega,

Com a aquisição do estatuto de Advogada(o) irá confrontar-se na sua vida profissional com situações que exigirão adequado conhecimento das regras deontológicas para que as atitudes a tomar correspondam às apuradas exigências éticas da nossa prática profissional. Assim, considere as seguintes hipóteses e defina as opções que se lhe afiguram mais acertadas, **fundamentando as respostas com recurso às normas legais e regulamentares aplicáveis:**

QUESTÃO 1

(2 Valores)

Imagine que, recebendo no seu gabinete um cidadão estrangeiro, apercebe-se, em plena consulta, que ele lhe vinha solicitar, no interesse de um terceiro não identificado, aconselhamento e participação efetiva na colocação, em Portugal, de uma quantia de USD. 500.000,00, de que era portador em numerário, alegando que não conhecia as instituições financeiras portuguesas. Considerando estar indiciada uma eventual operação de branqueamento de capitais,

- Como reagiria e que atitudes tomaria em face dos deveres constantes do nosso EOA?

QUESTÃO 2

(2 Valores)

Estando a(o) Colega a patrocinar um cliente em ação de expropriação, acorda com a entidade expropriante o valor da indemnização a atribuir ao cliente pela perda do bem expropriado e dela recebe diretamente o respetivo valor de € 50,000,00. Como já tivera vários incidentes com esse cliente e receava que, terminada ação, este não lhe pagasse os honorários, decidiu escrever-lhe de imediato uma carta a dar-lhe conta desse acordo, do recebimento da indemnização e a comunicar que se cobrava do valor de € 12.500,00, a título de honorários, remetendo-lhe simultaneamente cheque pelo valor diferencial de € 37.500,00.

- Como analisa e qualifica este procedimento?

QUESTÃO 3

(2 Valores)

A(o) Colega é contactada(o) por um seu cliente hospitalizado, que sofreu um acidente de viação e pretende conhecer os seus direitos com vista ao ressarcimento dos danos sofridos. Refere ainda o cliente que, por causa da imprevisibilidade e violência do acidente, no qual perdeu a consciência no momento do embate, não é capaz de relatar os factos nem as circunstâncias em que tal acidente ocorreu. Informa, porém, que existem duas testemunhas presenciais que assistiram aos factos, sugerindo-lhe que com elas reúna a fim de apurar o que sabem e ainda orientar futuramente os seus depoimentos.

- Qual seria a sua atitude perante esta sugestão do cliente?

PRÁTICA PROCESSUAL CIVIL

(5,5 Valores)

Grupo I

(4,5 Valores)

Imagine que o seu Cliente, uma empresa sediada em Oeiras, efetuou, por lapso, uma transferência bancária, no valor de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), para um fornecedor, com sede sita na Ericeira. Ou seja, aquando da realização da transferência bancária, em vez de colocar o IBAN respeitante ao fornecedor que pretendia efetuar o pagamento, colocou um IBAN errado e por conseguinte, fez um pagamento indevido. Apesar de interpelado para o efeito, o fornecedor (que beneficiou indevidamente da transferência) não devolveu a quantia em causa.

- a) **Qual o tribunal territorialmente competente para a ação? (0,50V)**

- b) **Elabore a peça processual adequada, fundamentando de direito o pedido a formular (3V)**

- c) **Se pretendesse que a notificação fosse efetuada por Agente de Execução, em que termos formularia o pedido? (0,50V)**

- d) **Além da restituição do valor e dos respetivos juros, que outro pagamento poderia ser exigido à Ré? (0,50V)**

Grupo II

(1 Valor)

Imagine que numa audiência de julgamento, uma testemunha da parte contrária produz um depoimento, no qual menciona que foi celebrado, entre as partes, um contrato de mediação imobiliária. Para o efeito, a referida testemunha exibiu uma carta, datada de Junho de 1999, a solicitar o pagamento da comissão acordada no referido contrato de mediação. Na mencionada carta, o capital social já estava redenominado em euros. Sucede que o seu cliente confirmou através de escritura pública e do respetivo registo que o capital apenas foi aumentado e redenominado em Março de 2000.

Face ao exposto, qual o mecanismo a que poderia recorrer para colocar em causa a falta de credibilidade do depoimento prestado?